



Avante

JORNAL DOS EMPREGADOS DA CAIXA | OUTUBRO DE 2023 | CONTRAF-CUT, SINDICATO E FEDERAÇÕES

Queremos Saúde, Caixa!

A vigência do acordo coletivo sobre o Saúde Caixa vai só até dezembro. Precisamos renová-lo! Temos só mais dois meses de plano de saúde e a Caixa ainda não apresentou proposta para a renovação. Mas, já apresentou números que sugerem a cobrança por faixa etária.

A cobrança por faixa etária acaba com a solidariedade e o pacto intergeracional, dois princípios fundamentais do Saúde Caixa, expulsa do plano os aposentados, empregados da ativa mais idosos e aqueles que recebem menores salários. Transforma nosso plano de saúde em um plano de mercado!

Não podemos permitir!

Derruba o teto!

O Estatuto Social da Caixa impõe um teto de custeio que limita os gastos da empresa com a saúde dos seus empregados em até 6,5% da folha de pagamento. Esse teto foi incluído no estatuto da Caixa em 2017 e faz parte de um processo de enfraquecimento das empresas públicas como preparação para a privatização.

Ele impede que a Caixa cumpra com o modelo de custeio estabelecido no acordo coletivo, que prevê que o banco

arque com 70% dos custos do plano. Isso gera um desequilíbrio entre as receitas obtidas com os valores pagos pelos empregados e as despesas com os custos médicos.

Assim, os empregados precisam arcar com a parte dos 70% que a Caixa deveria pagar, mas não paga em decorrência do teto. Com os aumentos dos custos médicos bem acima dos salários, os valores se tornam impagáveis pelos empregados.

Caixa, você tem que resolver!

O Saúde Caixa é uma conquista das empregadas e empregados da Caixa.

A situação só está ruim por causa da gestão anterior, que cessou as contratações e, com isso, a entrada de novos usuários pagantes no plano.

Além disso, normas contábeis (CPC33) e do mercado financeiro

(CVM695 e resolução 4424 do Banco Central) obrigam a Caixa a fazer uma reserva de recursos para manter os benefícios pós-emprego, como o plano de saúde para os aposentados.

É parte da política neoliberal de enfraquecimento das empresas públicas e de isenção de responsabilidade da empresa com quem sempre trabalhou pelo banco.